



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

## **Aviso de Dispensa Eletrônica Nº 90008/2024**

A Câmara Municipal de Angra dos Reis, através da Secretaria de Gestão, torna público que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço global, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislações aplicáveis.

Data da sessão: **14/11/2024**

Link: <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

Horário da Fase de Lances: 09:00h às 16:00h

### **1 – DO OBJETO DA DISPENSA**

1.1 – Escolha da proposta mais vantajosa por dispensa de licitação para a Contratação de empresa especializada em Medicina e Segurança do Trabalho, para a prestação dos serviços de atualização do PCMSO; PGR e LTCAT, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	CATSER
1	Atualização do PCMSO	Serviço	1	8800
2	Atualização do PGR	Serviço	1	8800
3	Atualização do LTCAT	Serviço	1	8800

1.2 – O critério de julgamento adotado será o **menor valor global**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3 - A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

-Net 4.0, disponível no endereço eletrônico.

1.4 – Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

1.5 – O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

## **2 – INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

2.1 – O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

2.2 – O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

2.3 – A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

2.4 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

2.5 – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

2.6 – Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

2.7 – Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

2.8 – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

2.9 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

2.10 – Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.

2.11 – No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

2.11.1 – que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

2.11.2 – que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

2.11.3 – que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

2.11.4 – que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

2.11.5 – que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

2.11.6 – que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.



### **3 – FASE DE LANCES**

3.1 – A partir das 09:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

3.2 - Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

3.3 – O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

3.4 – O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

3.5 – O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

3.6 – O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,50 (cinquenta centavos).

3.7 – Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

3.8 – Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

3.9 – Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

3.10 - Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

3.11 – O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática, pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.



#### **4 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

4.1 – Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2 – No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas:

a) Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

b) A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

c) Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

4.3 – Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

4.4 – O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (SESSENTA) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.5 – Será desclassificada a proposta vencedora que:

a) conter vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

c.1) é indício de inexecuibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

c.1.1) a inexecuibilidade, na hipótese de que trata a alínea “c” deste item, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

c.1.1.1) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

c.1.1.2) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.6 – Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecuível a proposta de preços ou menor lance que:

a) for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

b) apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

4.7 – Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.8 – Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

4.8.1 – O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.8.2 – Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

4.9 – Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.10 – Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.11 – Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

4.12 – Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **5 – HABILITAÇÃO**

5.1 – Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

5.2 – Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

5.3 – Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

5.4 – A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.5 – Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.6 – A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.7 – O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.8 – Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.9 – Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

5.10 – É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

5.11 – O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.12 – Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.





Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

5.13 – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.14 – O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado:

(a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e

(b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

5.15 – Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

5.16 – Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.17 – Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.18 – Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **6 - CONTRATAÇÃO**

6.1 - Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2 - O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

6.2.1 – referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

6.2.2 – a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

6.2.3 – a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6.3 - O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

6.4 - Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida que as condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **7 - SANÇÕES**

7.1 - Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- i) fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

j.1) considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

## **8 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1 - O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

8.2 - No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1 – Republicar o presente aviso com uma nova data;

8.2.2 – Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

8.2.3 – No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento;

8.2.4 – Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3 - As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

8.4 - Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

8.5 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.6 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.7 - Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.8 - No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.9 - As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.10 - Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.11 - Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

8.12 - Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

8.13 - Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

8.13.1 – ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

8.13.2 – ANEXO II – Termo de Referência;

8.13.3 – ANEXO III – Quadro Estimativo de Valores;



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

8.13.4 – ANEXO IV – Modelo de Proposta;

8.13.5 – ANEXO V – Minuta do Contrato;

8.13.6 – ANEXO VI – Declaração de Responsabilidade Civil e Administrativa;

8.13.7 – ANEXO VII – Declaração Inexistência de Nepotismo;

8.13.8 – ANEXO VIII – Declaração Relativa a Trabalho de Menores.

Angra dos Reis, 08 de novembro de 2024.

Rubens Rocha de Andrade  
**Presidente**



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

**1 - Habilitação jurídica:**

1.1 - No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

1.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6 - Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**2 - Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

2.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

### **3 - Qualificação Econômico-Financeira:**

3.1 - Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

### **4 - Qualificação Técnica**

4.1 - Prova de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrados, quando for o caso, perante o órgão técnico competente.

4.2 – A interessada deverá apresentar a documentação exigida nos **subitens 8.33; 8.34; 8.35; 8.36; 8.37; 8.38 e 8.39 do Termo de Referência (Anexo II)**, que tratam da qualificação técnico-operacional e técnico-profissional.



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**5 - Vistoria**

5.1 - A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h às 17h.

5.2 - Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.3 - Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.4 - Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5.5 - A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.





**ANEXO II**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

(Processo Administrativo nº 2024-25000603)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada em Medicina e Segurança do Trabalho, para a prestação dos serviços de atualização do PCMSO; PGR e LTCAT, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR
1	Atualização do PCMSO	8800	Serv.	1	R\$ 1.366,67
2	Atualização do PGR	8800	Serv.	1	R\$ 1.500,00
3	Atualização do LTCAT	8800	Serv.	1	R\$ 2.200,00

**1.2.** O prazo de vigência da contratação: o prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável, sucessivamente, até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº14.133/2021.

**1.3.** O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.4.** Os valores constantes na planilha acima foram estimados com base na pesquisa de preços realizada pela Coordenadoria de Compras.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**2.2.** Não há previsão da presente contratação no Plano de Contratações Anual, visto que não há nesta instituição PCA elaborado para ser executado no exercício de 2024.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**Subcontratação**

**4.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

**4.2.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**Vistoria**

**4.3.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h às 17h.

**4.4.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

**4.5.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**4.6.** Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**4.7.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### Condições de execução

**5.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**5.1.1.** Início da execução do objeto: A atualização do PCMSO; PGR e LTCAT deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação realizada pela Subsecretaria de Recursos Humanos.

**5.1.2.** Caso seja constatada alguma irregularidade na execução dos serviços, a contratada deverá refazê-los, no prazo de até 30 (trinta) dias.

**5.1.3.** A contratada deverá entregar os arquivos nos seguintes formatos: pdf e arquivo físico.

**5.1.4.** Caso haja qualquer alteração, durante a vigência do contrato, na estrutura da Câmara Municipal de Angra dos Reis, que enseje modificação nos critérios que possam influenciar a elaboração dos documentos, quais sejam, aposentadoria, insalubridade, periculosidade ou que possam gerar acidentes de trabalho, a contratada deverá realizar as devidas alterações no LTCAT, PCMSO e PGR. Local da prestação dos serviços

**5.2.** A contratada deverá fazer uma inspeção no prédio da Câmara Municipal de Angra dos Reis para a execução dos serviços. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

**5.3.** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

**6.6.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**6.7.** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.



### **Fiscalização**

**6.8.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

**6.9.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**6.10.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

**6.11.** Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

**6.12.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

**6.13.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

**6.14.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

**6.15.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.16.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**Gestor do Contrato**

**6.17.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.18.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.19.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**6.20.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores.

**6.21.** Objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**6.22.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.23.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**6.24.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**7.1.** O pagamento será realizado em parcela única, após a fiscalização verificar que foram cumpridos os requisitos estabelecidos neste termo de referência.

**7.1.1.** Verificada irregularidade, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**7.1.1.1.** não produzir os resultados acordados;

**7.1.1.2.** deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**7.1.1.3.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **Do recebimento**

**7.2.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**7.3.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**7.4.** Os fiscais do contrato realizarão o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências previstas neste termo de referência.

**7.5.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**7.5.1.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo de recebimento detalhado e assinado pelos fiscais;

**7.5.2.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

**7.5.3.** A fiscalização não efetuará o ateste da nota fiscal de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

**7.5.4.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.6.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos





Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.7.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.7.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

**7.7.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**7.7.3.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**7.7.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

**7.7.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.8.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.9.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.10.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

**7.11.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**7.12.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.13.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**7.13.1.** o prazo de validade;

**7.13.2.** a data da emissão;

**7.13.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**7.13.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**7.13.5.** o valor a pagar; e

**7.13.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.14.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**7.15.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**7.16.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.17.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.18.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.19.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.20.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

**7.21.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**7.22.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA.

**Forma de pagamento**

**7.23.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.24.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.25.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.26.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**8.1.** O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.

**Regime de execução**

**8.2.** O regime de execução do contrato será **empreitada por preço global**.

**Exigências de habilitação**

**8.3.** Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

**8.4.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**8.5.** Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**8.6.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**8.7.** O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

**8.8.** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**8.9.** É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

**8.10.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**8.11.** Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.12.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**Habilitação jurídica**

**8.13.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.14.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.15. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.16.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.17. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.18.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.19. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**8.20. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**8.21.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.22.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.23.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.24.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.25.** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**8.26.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.27.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.28.** Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.29.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.30.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

**8.31.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**8.32.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

#### **Qualificação Técnico-operacional**

**8.33.** Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;





Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**8.33.1.** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.34.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**8.34.1.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

**8.34.2.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

**8.34.3.** O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**8.34.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

**8.34.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

**8.34.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

**a)** ata de fundação;

**b)** estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

**c)** regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta; e

**8.34.7.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

**Qualificação Técnico-profissional**

**8.35.** A contratada deverá comprovar o registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA - e no Conselho Federal de Medicina – CRM, com a indicação de seus responsáveis técnicos.

**8.36.** A contratada deverá apresentar equipe composta por:

**8.36.1.** Pelo menos um Técnico de Segurança do Trabalho com Registro junto ao Ministério do Trabalho;

**8.36.2.** Pelo menos um Engenheiro de Segurança do Trabalho com Registro junto ao CREA; **8.36.3.** Pelo menos um Médicos do Trabalho com Registro junto ao CRM.

**8.37.** Para atendimento à qualificação técnico-profissional, deve ser comprovado vínculo contratual do(s) profissional(is) indicado(s) com a contratada. Essa comprovação deverá ser apresentada de uma das formas abaixo:

**8.37.1.** Contrato Social devidamente registrado no órgão competente em que conste o profissional como Sócio;

**8.37.2.** Contrato Social ou ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima, em que conste o profissional como Diretor;



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**8.37.3.** Cópia atualizada da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a proponente como Contratante do profissional;

**8.37.4.** Cópia autenticada de contrato de prestação de serviços em caso de profissional contratado;

**8.37.5.** Declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência desse profissional.

**8.37.6.** A vinculação contratual de que trata este subitem deverá ser comprovada somente para fins de assinatura do contrato a ser celebrado entre a Câmara Municipal de Angra dos Reis e contratada.

**8.38.** Da formação acadêmica dos responsáveis técnicos:

**8.38.1.** O profissional de medicina deverá apresentar certificado de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Medicina do Trabalho, reconhecido pelo MEC ou com especialidade médica em Medicina do Trabalho reconhecida pela Associação Médica Brasileira e registro no Conselho Regional de Medicina;

**8.38.2.** O profissional de engenharia deverá apresentar certificado de conclusão de Pós-graduação em engenharia de segurança do trabalho e registro no Conselho Regional de engenharia – CREA;

**8.38.3.** O profissional de técnico de segurança do trabalho, deverá apresentar o certificado de conclusão de curso e registro no Ministério do Trabalho.

**8.39.** Da comprovação de experiência do profissional: apresentar comprovação de experiência mínima de 6 (seis) meses, do(s) profissional(is) responsável(is) pela execução dos serviços (médico, engenheiro e técnico), por meio de cópia de contrato ou carteira de trabalho ou outro documento.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 5.066,67 (cinco mil, sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).**



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Angra dos Reis. Angra dos Reis, 29 de setembro de 2024.

Angra dos Reis, 29 de setembro de 2024.

---

Ana Cristina de Souza Folan  
Secretária de Gestão



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**Apêndice ao Termo de Referência**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 05/2024**

UASG 930190

**1. Informações Básicas**

Número do processo: [SEI-2024-25000603](#)

**2. Descrição da Necessidade**

**2.1.** Revisar o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).

**2.2.** A necessidade da atualização se justifica por dois motivos:

**a)** a obrigatoriedade de cumprimento integral pela CMAR da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal referente às matérias de saúde e segurança do trabalho, prevenindo ou, pelo menos, mitigando o risco de eventual imputação de responsabilidade jurídica de qualquer natureza ou de eventual imposição, administrativa ou judicial, de sanções de qualquer tipo à CMAR, em decorrência de alegação de eventual descumprimento da legislação aplicável à matéria.

**b)** encerramento sem prorrogação do atual contrato de prestação de serviços de Revisão do LTCAT e do PCMSO, **em 16/10/2024**, e o vencimento do PGR que aconteceu **em 28/03/2024**.

**2.2.1.** Através da contratação de empresa técnica especializada na matéria, as finalidades acima poderão ser atingidas da seguinte forma:

**2.2.1.1.** Quanto ao PCMSO, mediante integral cumprimento da NR-7 do MTE e demais normas pertinentes constantes da legislação aplicável em matéria de saúde e segurança do trabalho;



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**2.2.1.2.** Quanto ao PGR, mediante integral cumprimento da NR-1 do MTE e demais normas pertinentes constantes da legislação aplicável em matéria de saúde e segurança do trabalho;

**2.2.1.3.** Quanto ao LTCAT, mediante integral cumprimento do Art. 58, §3º, da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Lei 9.732/1998, do Anexo IV do Decreto 3.048/1999 e demais normas pertinentes constantes da legislação previdenciária aplicável;

**2.2.2.** Quanto ao segundo motivo, o encerramento da contratação atual sem prorrogação enseja a necessidade de imediato prosseguimento com o planejamento e a consecução da próxima contratação, em caráter de **máxima urgência e prioridade**.

### **3. Setor Solicitante**

<b>Secretaria Solicitante</b>	<b>Responsável</b>
Secretaria de Administração	Mateus Leone de Almeida

### **4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

**4.1.** Contratação de empresa especializada em Medicina e Segurança do Trabalho, que elabore/forneça os serviços de:

**4.1.1.** Revisão do **PCMSO** (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), que é um programa **obrigatório** estabelecido pela NR-7 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no Brasil. Ele tem como objetivo promover e preservar a saúde dos trabalhadores, através de ações preventivas e periódicas relacionadas à saúde ocupacional, e também identificar os riscos. Determina quais os trabalhadores e a periodicidade que devem submeter-se a exames médicos e complementares, laboratoriais, audiometrias, etc.

**4.1.1.1.** As revisões do PCMSO devem acontecer sempre que necessário. São motivadas por diversas razões, incluindo mudanças na legislação trabalhista,



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

introdução de novos processos ou substâncias no ambiente de trabalho, ocorrência de acidentes ou doenças ocupacionais, avaliações de riscos atualizadas, entre outros. O documento deverá ser elaborado e assinado por um profissional Médico do Trabalho do serviço especializado em medicina do trabalho. Neste serviço inclui-se acesso ao sistema gerenciador de SST com possibilidade de geração dos módulos do e-social.

**4.1.2.** Revisão do **PGR** (Programa de Gerenciamento de Riscos), que é um programa **obrigatório**, também estabelecido pela legislação brasileira, especificamente pela NR-1 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). É entendido como um sistema de gestão, cujo objetivo é o gerenciamento de riscos e processo de avaliação de risco gradativo e contínuo no ambiente de trabalho, visando a preservação da saúde e da integridade dos empregados.

**4.1.2.1.** O PGR deve ser revisado, **no mínimo a cada 2 (dois) anos** e atualizado sempre que houver mudanças nas condições de trabalho, novos riscos identificados, ou conforme exigências legais. De acordo com as regras da NR-1, o documento deverá ser elaborado e assinado por profissional Engenheiro de Segurança do Trabalho, e deve conter a descrição e análise quantitativa e qualitativa dos riscos químicos, físicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho; orientação e acompanhamento de medidas de controle durante a vigência do programa; e orientação à elaboração dos mapas de risco e indicação do local para a fixação do mesmo.

**4.1.3.** Revisão do **LTCAT** (Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho), que é um documento técnico **obrigatório**, estabelecido pelo INSS, e elaborado por um engenheiro de segurança do trabalho ou médico do trabalho. É instituído pela Lei 8.213/1991 e regido pela NR-9 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e tem como objetivo avaliar as condições ambientais de trabalho e identificar se há exposição a agentes nocivos à saúde dos trabalhadores. Ele serve de base para o reconhecimento de atividades ou operações que ensejam a concessão de aposentadoria especial, de acordo com a legislação previdenciária brasileira.

**4.1.3.1.** A revisão do LTCAT deve ser feita anualmente por engenheiro de segurança do trabalho ou médico do trabalho, e tem como objetivo identificar e avaliar as condições



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

ambientais de trabalho. A revisão deve acontecer sempre que houver alterações significativas nas condições de trabalho, nos processos produtivos, nas tecnologias utilizadas, ou conforme exigências legais. Ela deve conter avaliações sobre os riscos encontrados no ambiente de trabalho, além de apresentar soluções para tais problemas.

**4.2.** A qualificação técnica da contratada deverá ser comprovada mediante a apresentação de, pelo menos, 1 (uma) certidão ou atestado, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, compatível com o objeto desta contratação, comprovando que a contratada prestou serviço de elaboração do PGR, PCMSO e LTCAT.

**4.2.1.** O atestado deverá conter as seguintes informações:

**4.2.1.1.** Nome da empresa a ou órgão que fornece o atestado;

**4.2.1.2.** Endereço completo;

**4.2.1.3.** Manifestação acerca da qualidade da prestação dos serviços;

**4.2.1.4.** Identificação do responsável pela emissão do atestado, com nome, função e telefone para a solicitação de informações adicionais de interesse da CMAR.

**4.2.2.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do contratado.

**4.2.3.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

**4.3.** A contratada deverá comprovar o registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA - e no Conselho Federal de Medicina – CRM, com a indicação de seus responsáveis técnicos.





Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**4.4.** A contratada deverá apresentar equipe composta por:

**4.4.1.** Pelo menos um Técnico de Segurança do Trabalho com Registro junto ao Ministério do Trabalho;

**4.4.2.** Pelo menos um Engenheiro de Segurança do Trabalho com Registro junto ao CREA;

**4.4.3.** Pelo menos um Médicos do Trabalho com Registro junto ao CRM.

**4.5.** Para atendimento à qualificação técnico-profissional, deve ser comprovado vínculo contratual do(s) profissional(is) indicado(s) com a contratada. Essa comprovação deverá ser apresentada de uma das formas abaixo:

**4.5.1.** Contrato Social devidamente registrado no órgão competente em que conste o profissional como Sócio;

**4.5.2.** Contrato Social ou ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima, em que conste o profissional como Diretor;

**4.5.3.** Cópia atualizada da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a proponente como Contratante do profissional;

**4.5.4.** Cópia autenticada de contrato de prestação de serviços em caso de profissional contratado;

**4.5.5.** Declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência desse profissional.

**4.6.** Da formação Acadêmica:

**4.6.1.** O profissional de medicina deverá apresentar certificado de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Medicina do Trabalho, reconhecido pelo MEC ou com especialidade



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

médica em Medicina do Trabalho reconhecida pela Associação Médica Brasileira e registro no Conselho Regional de Medicina.

**4.6.2.** O profissional de engenharia deverá apresentar certificado de conclusão de Pós-graduação em engenharia de segurança do trabalho e registro no Conselho Regional de engenharia – CREA.

**4.6.3.** O profissional de técnico de segurança do trabalho, deverá apresentar o certificado de conclusão de curso e registro no Ministério do Trabalho.

**4.7.** Da comprovação de experiência do profissional: apresentar comprovação de experiência mínima de 6 (seis) meses, do(s) profissional(is) responsável(is) pela execução dos serviços (médico, engenheiro e técnico), por meio de cópia de contrato ou carteira de trabalho ou outro documento.

## **5. Levantamento de Mercado**

**5.1.** Os serviços podem ser executados diretamente pela Administração Pública ou serem por ela contratados para que sejam prestados por fornecedores especializados.

**5.2.** Na CMAR, a prestação dos serviços tem sido indireta, mediante contratação de empresa especializada, pois esta não dispõe em seu quadro, de servidores legalmente habilitados na forma da NR-4 do MTE para execução dos serviços de Medicina e Segurança do Trabalho.

**5.3.** Essa solução utilizada atualmente pela CMAR tem sido amplamente adotada por órgãos e entidades da Administração Pública, e principalmente por entidades do Poder Legislativo, já que estas não possuem como finalidade precípua qualquer ligação com o objeto a ser contratado.

**5.4.** Quanto à modelagem do objeto da contratação, os serviços seriam passíveis:



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**5.4.1.** De agrupamento em único objeto contratual, hipótese em que sua prestação seria de responsabilidade contratual de um único prestador;

**5.4.2.** Ou de segregação em dois ou mais objetos contratuais, ou em duas ou mais contratações, hipótese em que sua prestação seria de responsabilidade contratual de dois ou mais prestadores.

**5.5.** Entendemos que a modelagem do objeto da contratação consistirá no **agrupamento dos serviços em único objeto contratual, a fim de que sejam prestados por uma única empresa.** Trata-se de solução que tem aptidão, em princípio, para conferir sustentabilidade jurídico-institucional e econômico-financeira para a contratação, pois:

**5.5.1.** A contratação de um único prestador dos serviços simplificaria a execução contratual, devido à economia procedimental quanto à formalização das demandas da CMAR, à uniformização e padronização da fiscalização dos serviços e demais procedimentos de gestão contratual, incluindo a mensuração do desempenho da contratada, o faturamento e o pagamento pelos serviços;

**5.5.2.** A contratação de um único prestador contribuiria para a gestão e execução integrada dos serviços, propiciando, em princípio, melhor compatibilização entre os conteúdos do PMCSO, do PGR e do LTCAT, o que poderá refletir decisivamente na qualidade dos serviços;

**5.5.3.** A contratação de um único fornecedor dos serviços conferiria ganhos de escala à empresa contratada.

**5.6.** Tal solução tem sido adotada no âmbito do Poder Legislativo Municipal em vários estados da federação, como evidenciam, a título exemplificativo, as seguintes contratações públicas recentes dos serviços em municípios da região sudeste, encontradas no portal PNCP:

a) Dispensa de Licitação Eletrônica Nº 02/2024 da Câmara Municipal de Taguaí;

b) Dispensa de Licitação Eletrônica Nº 02/2024 da Câmara Municipal de Pancas;



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

- c) Aviso de Contratação Direta nº 78/2023 da Câmara Municipal de Botucatu;
- d) Dispensa de Licitação - Processo Administrativo Nº 510/2023 da Câmara Municipal de Campo Limpo Paulista;
- e) Aviso de Dispensa de Licitação Nº 001/2023 da Câmara Municipal de Paty do Alferes.

**5.6.1.** No presente momento, foi encontrada apenas uma contratação realizada de acordo com a nova lei de licitações (Lei 14.133/2021) equivalente ao objeto deste estudo, por instituições públicas dentro do estado do Rio de Janeiro. Por esse motivo, os dados da amostragem estão focados na região sudeste.

**5.7.** Quanto à divisão dos serviços em itens, para especificação do objeto contratual, de seus respectivos quantitativos e sua respectiva precificação, a pesquisa de mercado demonstrou acompanhar a mesma divisão utilizada neste estudo técnico preliminar.

**5.8.** Quanto à forma de contratação, foram avaliadas as possibilidades comparando-se outras contratações de instituições públicas, com as possibilidades trazidas pela Lei. Abaixo, segue quadro comparativo.

<b>Licitação Pública, de acordo com a Lei 14.133/2023</b>	Uma licitação pública é um processo transparente e competitivo em que os prestadores podem apresentar propostas para prestar seus serviços de revisão documental de medicina e segurança do trabalho, com o objetivo de garantir a conformidade com as contratações públicas.	
<b>Prós:</b> Conformidade com a legislação de licitações; Competição entre vários prestadores de serviços para obter os melhores preços; Transparência no processo de contratação.	<b>Contras:</b> Procedimento mais demorado; Requer documentação extensa e maiores formalidades legais.	
<b>Ata de Registro de Preços (ARP)</b>	Uma ARP permite que a Câmara Municipal estabeleça preços e condições com prestadores para contratações futuras. É uma abordagem eficaz quando o quantitativo é incerto.	



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

<b>Prós:</b> Flexibilidade para futuras requisições de serviços com preços previamente definidos; Economia de tempo e recursos; Já existe entendimento de que o quantitativo original poderá ser prorrogado.		<b>Contras:</b> Exige um processo de licitação inicial para criar a ARP; Tem prazo de durabilidade curto (12 meses prorrogáveis por mais 12 meses); Pode ser complexo gerenciar as adesões de outros órgãos.	
<b>Dispensa de Licitação</b>		Em casos excepcionais, a legislação de compras públicas pode permitir a dispensa de licitação para compras de valor reduzido. No entanto, normalmente, está sujeito a limites de valor definidos pela legislação e requer justificativa adequada.	
<b>Prós:</b> Agilidade na contratação de serviços de revisão documental de Medicina e Segurança do Trabalho; Possível para aquisições em situações emergenciais ou de valor reduzido; Valor compatível no caso em tela.		<b>Contras:</b> Limitada a casos específicos definidos em Lei; Exige justificativa detalhada para a dispensa de licitação;	

**5.9.** Analisando os dados coletados, e comparando os prós e contras, identificamos que diversas soluções podem atender esta demanda, porém a dispensa de licitação demonstra-se mais eficaz para o caso em tela.

## **6. Estimativa do preço da contratação**

**6.1.** Inicialmente, informamos que nas pesquisas realizadas no Painel de Preços do Governo Federal, os valores encontrados apenas albergavam o valor global das contratações, sem os detalhamentos por serviços, algo que se mostra importante nesta contratação. Mesmo motivo pelo qual não foi possível utilizar o valor da última contratação realizada por esta Casa Legislativa. Logo este método não constará nesta estimativa.

**6.2.** Numa segunda etapa de pesquisas, buscou-se valores de contratações públicas neste último ano. Observadas as homologações e adjudicações, os valores encontrados novamente apresentaram apenas os valores globais, e desta forma não



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

foram úteis. Os poucos encontrados com valores unitários demonstraram estar fora da realidade local, já que pertenciam a outros estados e municípios que estão sob regras tributárias e possuem realidades sociais consideravelmente diferentes das de Angra dos Reis.

**6.3.** Para o presente serviço, não foram encontradas tabela de referência formal ou pesquisa de mídia especializada.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	Valor Unitário
1	Atualização do PCMSO	SVÇ	1	R\$ 1.374,50
2	Atualização do PGR	SVÇ	1	R\$ 1.374,50
3	Atualização do LTCAT	SVÇ	1	R\$ 2.324,50

**6.4.** Em pesquisa direta com fornecedores, foram solicitadas informações a 10 (dez) diferentes empresas especializadas em Medicina e Segurança do Trabalho. Dessas solicitações, utilizando-se as respostas recebidas, foram contabilizados os seguintes valores em média simples. Reforçamos que tais solicitações foram feitas inicialmente sem maiores detalhes, já que caracterizam um valor estimado inicial, e a pesquisa de preços oficial será realizada em fase própria.

**6.5.** Desta forma, apura-se como valor total estimado: **R\$ 5.073,50 (cinco mil setenta e três reais e cinquenta centavos).**

## **7. Estimativa das quantidades**

**7.1.** Para suprir a necessidade levantada, faz-se necessária a contratação dos serviços nas seguintes quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT
1	Atualização do PCMSO	SVÇ	1



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

2	Atualização do PGR	SVÇ	1
3	Atualização do LTCAT	SVÇ	1

**7.2.** Ressalte-se que as quantidades apresentadas caracterizam as estimativas para o período de 12 (doze) meses.

**7.3.** Código no Catálogo de Serviços Compras.gov:

CATSERV	DESCRIÇÃO	ITENS ASSOCIADOS
8800	Medicina / Engenharia Trabalho – Planejamento / Controle	1, 2, 3

## **8. Descrição da solução como um todo**

**8.1.** Contratação mediante licitação, de Prestação de Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, a ser realizado por empresa especializada na área, a fim de revisar o **PCMSO** (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), o **PGR** (Programa de Gerenciamento de Riscos), e o **LTCAT** (Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho).

**8.1.1.** A contratação deve ser realizada **por item**, com uma única empresa contratada, em função da justificativa já apresentada, como também forma de gerar economia durante a contratação.

**8.2.** Os serviços que compõem esta contratação são caracterizados como **comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133 de 2021, e conforme já demonstrado neste Estudo Técnico Preliminar.

**8.3.** O serviço deve ser prestado por profissionais capacitados e legalmente habilitados conforme preconizado na legislação pertinente, garantindo a qualidade e idoneidade dos serviços prestados.



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**8.4.** Para a elaboração dos laudos referentes aos serviços solicitados, deverão ser obedecidas as orientações das Normas Técnicas Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego, principalmente as NR's – 01, 07, 09, 15, 17 e as demais aplicáveis.

**8.5.** Os serviços, objeto desta contratação, deverão ser executados de acordo com as normativas de SST - Saúde e Segurança do Trabalho - vigentes.

**8.6.** A Câmara Municipal de Angra dos Reis conta com aproximadamente **570 (quinhentos e setenta) servidores**, compreendendo estatutários e comissionados da estrutura administrativa e de gabinetes, sendo que o quantitativo dessa última categoria varia de acordo com a discricionariedade de cada vereador.

**8.6.1.** Atualmente, o quadro de servidores efetivos comporta os seguintes cargos ocupados:

<b>CARGO</b>	<b>QNT</b>	<b>CARGO</b>	<b>QNT</b>
Advogado	1	Designer	1
Agente Administrativo	7	Editor de Vídeo	1
Agente de Segurança	5	Fotógrafo	3
Agente Legislativo	7	Jornalista	1
Analista de Sistemas	1	Motorista	3
Analista Legislativo - Redatora	1	Oficial de Finanças Públicas	1
Analista Parlamentar	4	Operador de Áudio	3
Arquivista	1	Operador de Computador	1
Assistente de Produção e Cerimônia	1	Operador de Vídeo	2
Assistente Legislativo	6	Praticante de Eletrotécnica	1
Auxiliar de Recreação	1	Procurador	4
Auxiliar de Zeladoria	1	Redator	1





Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

Auxiliar Legislativo	25	Técnico em Administração	3
Cinegrafista	1	Técnico de Informática	1
Consultor Técnico Legislativo – Biólogo	1	Técnico de Recursos Humanos	2
Contador	1	Telefonista	3
		Zelador	3

**8.7.** As visitas para análise dos locais deverão ser agendadas previamente com a Subsecretaria de Recursos Humanos e Pessoal, sendo esta a responsável pelo acompanhamento dos serviços.

**8.8.** Todos os documentos gerados devem ser disponibilizados em formato digital, sendo que a assinatura do responsável técnico pelo laudo deve ser realizada com um certificado digital válido.

**8.9.** O prazo estabelecido para a entrega da atualização do PCMSO, do PGR, e do LTCAT é de **60 (sessenta) dias** a partir da solicitação feita pela Subsecretaria de Recursos Humanos e Pessoal.

**8.10.** Quanto à qualificação econômico-financeira, serão exigidos os critérios previstos no inciso II do caput do art. 69 da Lei 14.133/2021, a fim de propiciar a mais ampla participação na licitação. Quanto aos critérios de **qualificação técnica**, foram previstos no **subitem 4.5**.

**8.11. Prazo de vigência da contratação:** o prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da assinatura deste contrato, prorrogável, sucessivamente, até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº14.133/2021, caso assim esteja previsto no edital;

**8.12.** Quanto ao pagamento, o mesmo será realizado mediante a apresentação de nota fiscal referente aos serviços efetivamente prestados.



## **9. Justificativa para o parcelamento ou não da solução**

**9.1.** O objeto é composto por itens divisíveis, de acordo com suas características técnicas e peculiaridades de prestação de serviços no mercado. Porém, entendemos que a adjudicação deva ser feita de forma global.

**9.1.1.** Conforme delineado o objeto da contratação, não haverá parcelamento da solução tampouco do objeto, pois como os serviços que o compõem são similares, complementares e interdependentes, a sua contratação para prestação por uma única empresa tem aptidão para contribuir para a padronização dos serviços e respectivos procedimentos e documentos comprobatórios.

## **10. Contratações correlatas e/ou interdependentes**

**10.1.** No escopo da contratação como um todo, não se faz necessário proceder a outras contratações com empresas diversas para se atingir o fim almejado.

## **11. Alinhamento entre a contratação e o planejamento**

**11.1.** Tendo em vista que anteriormente seria realizada apenas prorrogação contratual e não nova contratação, o objeto não foi caracterizado da forma como será contratado no PCA 2024 da Câmara Municipal de Angra dos Reis.

## **12. Demonstração dos resultados pretendidos**

**12.1.** Busca-se atender a legislação trabalhista quando da contratação de empresa especializada em medicina e segurança do trabalho, além de: promoção da saúde e prevenção de acidentes; avaliação e controle de riscos; aumento da produtividade; redução do absenteísmo; promoção da qualidade de vida no trabalho; redução dos custos com benefícios e compensações, atendendo às necessidades de assessoramento das demandas da Subsecretaria de Recursos Humanos e pessoal, quando se trata de medicina e segurança do trabalho.



### **13. Providências a serem adotadas**

**13.1.** Não será necessário realizar adequações aos ambientes da CMAR para que a contratação surta seus efeitos.

**13.2.** Não será necessário realizar capacitação de servidores.

### **14. Possíveis impactos ambientais**

**14.1.** Não há previsão de impacto ambiental resultante desta contratação. Todavia, caberá a futura contratada ações a serem adotadas como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhados por intermédio de seus profissionais:

**14.1.1.** Orientar seus empregados sobre prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;

**14.1.2.** Utilizar equipamentos e materiais de menor impacto ambiental;

**14.1.3.** Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados no fornecimento do objeto;

**14.1.4.** Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

### **15. Mapeamento de riscos**

**15.1.** Considerando o prazo exíguo para contratação em função da não renovação do contrato anual, e de término de validade de parte dos laudos;

**15.2.** Considerando que o objeto se caracteriza por ser uma prestação de serviço comum, não ensejando grandes divergências durante as fases de estudo e contratação;



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**15.3.** Não foi realizado o mapeamento inicial de risco.

**16. Declaração de viabilidade e justificativa**

**16.1.** Assim, diante do exposto, entendemos ser RAZOÁVEL e VIÁVEL a contratação dos serviços relacionados a medicina e segurança do trabalho, tendo em vista que os estudos preliminares evidenciam que este formato se mostra possível tecnicamente e fundamentalmente necessário.

**17. Responsáveis**

**Débora dos Santos Gonçalves**

Analista Parlamentar

Mat.: 7062

**Gisele Stamato de Souza Santos**

Subsecretária de Recursos Humanos e Pessoal

Mat.: 8261



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**ANEXO III**

**QUADRO ESTIMATIVO DE VALORES**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR ESTIMADO
01	Atualização do PCMSO	Serviço	1	R\$ 1.366,67
02	Atualização do PGR	Serviço	1	R\$ 1.500,00
03	Atualização do LTCAT	Serviço	1	R\$ 2.200,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 5.066,67</b>



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**ANEXO IV**

**MODELO DE PROPOSTA**

1. Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, e será em tudo regida pelas condições estabelecidas no presente edital, e respectivos anexos.
2. Propomos a CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS, o fornecimento do objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente Pregão e asseverando que:
  - a) observaremos, integralmente, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, existentes e aplicáveis quanto a execução dos serviços, objeto desta licitação; e,
  - b) em caso de divergência do preço apresentado em algarismos e por extenso, prevalecerá este último.
3. Cotamos como preço unitário para o fornecimento do objeto desta licitação, os valores constantes na folha 2 do presente Anexo.
4. O prazo estabelecido para a entrega da atualização do PCMSO, do PGR, e do LTCAT é de **60 (sessenta) dias** a partir da solicitação feita pela Subsecretaria de Recursos Humanos e Pessoal.
5. O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias.

Angra dos Reis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

---

(assinatura do representante legal da licitante)



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

C N P J Nº:

INSC. ESTADUAL Nº:

INSC. MUNICIPAL Nº:

BANCO (nome e nº):

AGÊNCIA (nome e nº):

CONTA CORRENTE Nº:



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**ANEXO IV**

**MODELO DE PROPOSTA**

**(Folha 2)**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR
01	Atualização do PCMSO	Serviço	1	R\$
02	Atualização do PGR	Serviço	1	R\$
03	Atualização do LTCAT	Serviço	1	R\$
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$</b>





Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**ANEXO V**

**MINUTA DE CONTRATO**

**Termo de Contrato celebrado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS, como CONTRATANTE, e a \_\_\_\_\_, como CONTRATADA, para a prestação dos serviços de atualização do PCMSO; PGR e LTCAT, a ser realizado por empresa especializada em Medicina e Segurança do Trabalho.**

Aos dias \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de, na \_\_\_\_\_ [*endereço do órgão contratante*], a **CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**, a seguir denominada **CONTRATANTE**, representada pelo Exmo Sr. Presidente Rubens Rocha de Andrade, e a sociedade \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_ [*endereço da sociedade CONTRATADA*], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por \_\_\_\_\_ [*representante da sociedade CONTRATADA*] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado com **base no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, autorizada por despacho do \_\_\_\_\_ [*autoridade administrativa competente para autorizar a despesa*], datado de \_\_\_\_\_, às fls. \_\_\_\_ do processo nº \_\_\_\_\_, publicado no B.O \_\_\_\_\_, página \_\_\_\_, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

**CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

O objeto do presente Contrato é a **prestação de serviços de atualização do PCMSO; PGR e LTCAT, a serem prestados por empresa especializada em Medicina e Segurança do Trabalho**, conforme especificações constantes no Termo de Referência, anexo II do Aviso de Contratação Direta, e nas quantidades e especificações da tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR TOTAL
01	Atualização do PCMSO	1	R\$
02	Atualização do PGR	1	R\$
03	Atualização do LTCAT	1	R\$
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>R\$</b>

**Parágrafo Único** – Os **serviços** serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências e normas do **Termo de Referência**, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

**CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR**

O valor total do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(por extenso).

**CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**Parágrafo Primeiro** – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após o recebimento da nota fiscal.

**Parágrafo Segundo** – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação.

**Parágrafo Terceiro** – Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até dez dias para fins de liquidação, podendo o prazo ser reduzido pela metade, por se tratar de contratação direta com fulcro no art. 77, II da Lei Federal 14.133/21, conforme dispõe o art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**Parágrafo Quarto** - Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I – o prazo de validade;
- II – a data de emissão;
- III – os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV – o período respectivo de execução do contrato;
- V – o valor a pagar;
- VI – eventual destaque do valor de retenções tributáveis cabíveis.

**Parágrafo Quarto** – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, Certidão negativa ou positiva com efeito negativo de débitos federais e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

**Parágrafo Quinto** – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

**Parágrafo Sexto** – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do atesto da nota fiscal e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

**Parágrafo Sétimo** – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente.

#### **CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE**

**Parágrafo Único** - Não haverá reajuste de preços.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO**

**Parágrafo Único** - A prestação objeto do presente contrato obedecerá ao Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO**

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

**Parágrafo Primeiro** – A Fiscalização da execução dos serviços caberá ao servidor designado por ato do Sr. Exmo. Presidente Rubens Rocha de Andrade. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo Terceiro** – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

**Parágrafo Quarto** – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO**

**Parágrafo Único** - A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 12 meses contados desta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**Parágrafo Primeiro:** São obrigações da CONTRATADA:

- I – executar, fielmente o contrato avençado e efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- II - tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**III** - responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

**IV** - atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

**V** - reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

**VI** - responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término;

**VII** - responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Termo de Referência;

**VIII** - manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato durante todo prazo de execução contratual;

**IX** – indicar preposto para representá-la durante a execução do serviço;

**X** – fornecer profissionais especializados, qualificados e totalmente capacitados para a execução do objeto;

**XI** – os profissionais contratados para a prestação dos serviços deste Contrato deverão se apresentar devidamente identificados, sendo a identificação dos profissionais responsabilidade da empresa contratada;

**XII** – comunicar por escrito à CONTRATANTE, toda e qualquer anormalidade relacionada aos serviços objeto desta Contratação Direta, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da ocorrência do fato;



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**XIII** – fornecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, informações quanto aos serviços realizados;

**XIV** - manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

**XV** - informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**Parágrafo Único** - São obrigações do CONTRATANTE:

**I** – receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no Termo de Referência e anexos;

**II** – verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**III** – comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos serviços prestados, para que haja a reparação ou substituição;

**IV** - Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

**V** - Realizar a fiscalização do objeto contratado.

**VI** – a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como com quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**VII** – prestar informações necessárias, com clareza, à CONTRATADA, para a perfeita execução dos serviços contratados.



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO**

O recebimento do objeto do contrato se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo [autoridade competente] \_\_\_\_\_ que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência.

**Parágrafo Único** - Na recusa de recebimento, por não atenderem às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá, se possível, reexecutar os serviços, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da CONTRATANTE a partir da data do efetivo recebimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO**

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO**

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

**I - Advertência;**

**II - Multa;**

**III - Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;**

**IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**





Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**Parágrafo Primeiro** – A aplicação da sanção prevista no inciso II observará os seguintes parâmetros:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- e) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- f) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
---	--

TABELA 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
7	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

**Parágrafo Segundo** – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

**Parágrafo Terceiro** – As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista no inciso II, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.



Estado do Rio de Janeiro

**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**

**Secretaria de Gestão**

**Parágrafo Quarto** – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis do ato que as impuser.

**Parágrafo Quinto** – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresse nesse sentido.

**Parágrafo Sexto** – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

**Parágrafo Sétimo** – Se a CONTRATANTE verificar que o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

**Parágrafo Oitavo** – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**Parágrafo Nono** – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS**

A CONTRATADA poderá apresentar:

**I - Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nos incisos I, II e III do caput da Cláusula anterior;

**II - Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;

**III - Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida no inciso IV do caput da Cláusula anterior;

**Parágrafo Único** - Os recursos a que aludem os incisos I e II do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO**

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo Primeiro** – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**Parágrafo Segundo** – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**Parágrafo Terceiro** – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, inciso II, deste Contrato.

**Parágrafo Quarto** – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

I - os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;

II - o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

**Parágrafo Quinto** – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

**Parágrafo Sétimo** – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado pela fiscalização.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO**

**Parágrafo Único** – A subcontratação somente será possível mediante anuência expressa e por escrito da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho, \_\_\_\_\_ Código de Despesa \_\_\_\_\_, tendo sido empenhada a importância de R\$, \_\_\_\_\_ por meio da Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Angra dos Reis para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO**

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Boletim Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Estado até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao da sua assinatura.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

I - Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021;

II - Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em \_\_\_\_ ( ) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Angra dos Reis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**Rubens Rocha de Andrade**  
Presidente

---

**Representante Legal da Empresa contratada**  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA**

*(em papel timbrado da empresa)*

[denominação/razão social da sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr(a).\_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no Edital de nº 001/2024 e sob as penas da lei, se comprometer a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e está ciente de que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto desta contratação, ou de outra forma a ele não relacionada, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013.

DECLARA ainda estar ciente de que a responsabilidade da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, abrangendo as sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas para o contrato, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Angra dos Reis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)





Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

## **ANEXO VII**

### **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO**

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Angra dos Reis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS**  
**Secretaria de Gestão**

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES**

**DECLARAÇÃO**

**Ref.: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90007/2024**

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu Sócio(a) o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no **Inc. VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021**, que não emprega menor de **18 (dezoito) anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de **16 (dezesesseis) anos**, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, cumprindo, integralmente, o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

---

Assinatura do Representante Legal ou Preposto da Licitante